

**CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO  
DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE JUIZ SUBSTITUTO DO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA**

**EDITAL N. 52/2019**

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE JUIZ SUBSTITUTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA**, no uso de suas atribuições e com fulcro no Edital n. 2/2019, que deflagrou o certame, **TORNA PÚBLICO** o programa de pontos que serão objeto da prova oral, a saber:

**PONTO 1**

**DIREITO CIVIL**

1. Pessoas naturais. Conceito. Início da pessoa natural. Personalidade. Capacidade. Direitos da personalidade. Nome civil. Estado civil. Domicílio. Ausência. 2. Pessoas jurídicas. Disposições Gerais. Conceito e Elementos Caracterizadores. Constituição. Extinção. Capacidade e direitos da personalidade. Domicílio. 3. Bens. Diferentes classes. Bens Corpóreos e incorpóreos. Bens no comércio e fora do comércio 4. Direitos autorais.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

1. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015 – Novo Código de Processo Civil. 2. Constituição e Processo. Princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo civil. Garantias constitucionais do processo. Autonomia do Direito Processual. Institutos e normas fundamentais do processo civil. Direito Processual Constitucional. 3. Normas Processuais Civis: natureza jurídica, fontes, princípios



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da 1ª Vice-Presidência

processuais civis, interpretação e direito processual intertemporal. 4. Jurisdição e competência: conceito, características, princípios e espécies. Organização Judiciária. 5. Funções essenciais à Justiça. Magistratura: dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do juiz, dos impedimentos e da suspeição. Ministério Público. Defensoria Pública. Advocacia Pública e Privada. Órgãos auxiliares da justiça. 6. Assistência judiciária. Taxas judiciárias. 7. Métodos consensuais de solução de conflitos: autotutela, autocomposição (conciliação e mediação) e arbitragem. 8. Ação: teorias, classificação, elementos e cumulação. 9. Sujeitos do processo: partes, capacidade, deveres, honorários advocatícios, responsabilidade por dano processual, substituição, sucessão. 10. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros: típicas e atípicas. Assistência. *Amicus curiae*. 11. Atos processuais. Forma dos atos. Tempo e lugar. Atos processuais eletrônicos. Comunicação dos atos processuais. Vícios dos atos processuais. Das nulidades. Pressupostos processuais. Preclusão.

## **DIREITO DO CONSUMIDOR**

1. Direito do Consumidor. Natureza e fonte de suas regras. Características e princípios do Código de Defesa do Consumidor. Integrantes e objeto da relação de consumo. Política nacional de relações de consumo: objetivos e princípios. 2. Direitos básicos do consumidor. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação de danos: proteção à saúde e segurança; responsabilidade pelo fato do produto e do serviço; responsabilidade por vício do produto e do serviço.

## **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

1. História da proteção jurídica e social da infância brasileira. Evolução histórico-sociológica da infância e da juventude. 2. Aspectos gerais do Direito da Criança e do Adolescente. A proteção da infância no Brasil. Legislação. Constituição. Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente). 3. Disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção, medidas de proteção, perda e suspensão do poder familiar, destituição de tutela, colocação em família substituta. 4. Normas de interpretação do ECA. Normas esparsas. 5. Direito da



Criança e do Adolescente. Doutrinas Jurídicas de Proteção: Doutrina da Situação Irregular e Doutrina da Proteção Integral. Princípio da Prioridade Absoluta. Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

## **DIREITO PENAL**

1. Direito Penal e Poder Punitivo. Teoria do Direito Penal. Política Criminal e Criminologia. Noções básicas. Criminalização Primária e Secundária. Seletividade do sistema penal. 2. Direito Penal de Autor e Direito Penal do Ato. Garantismo Penal. Direito Penal do Inimigo. Dinâmica Histórica da Legislação Penal. História da Programação Criminalizante no Brasil. Genealogia do Pensamento Penal. Direito Penal e Filosofia. 3. Aplicação da lei penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Lei penal excepcional, especial e temporária. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. Pena cumprida no estrangeiro. Eficácia da sentença estrangeira. Contagem de prazo. Frações não computáveis da pena. Interpretação da lei penal. Analogia. Irretroatividade da lei penal. Conflito aparente de normas penais. 4. Crimes contra a pessoa. 5. Crimes contra a propriedade imaterial. 6. Crimes contra a organização do trabalho. 7. Decreto-lei nº 201/1967 e suas alterações (Crimes praticados por prefeitos e vereadores). 8. Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (delitos hediondos). 9. Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do Desarmamento).

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

1. Processo Penal Brasileiro. Processo Penal Constitucional. 2. Sistemas e Princípios Fundamentais. 3. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Disposições gerais do Código de Processo Penal. 4. Fase Pré-Processual: Inquérito policial. 5. Processo, procedimento e relação jurídica processual. Elementos identificadores da relação processual. Formas do procedimento. Princípios gerais e informadores do processo. Pretensão punitiva. Tipos de processo penal.



---

## DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição: conceito e classificação; conteúdo da Constituição; normas constitucionais materiais e formais; supremacia da Constituição. 2. Estado Democrático de Direito: conceito; fundamentos constitucionais; princípio da República. 3. Controle de constitucionalidade: sistemas de controle; o sistema brasileiro; exercício do controle; efeitos da declaração de inconstitucionalidade; efeitos da declaração de constitucionalidade; a inconstitucionalidade por omissão. Fiscalização abstrata no plano estadual. Fiscalização incidental. Controle de constitucionalidade das leis municipais. Ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual e o problema da norma repetida. 4. Poder Legislativo: organização, funcionamento e competências; Congresso Nacional; processo legislativo; Comissões Parlamentares de Inquérito e controle jurisdicional; imunidades parlamentares; orçamento e fiscalização orçamentária; Tribunais de Contas. 5. Ações Constitucionais: tutela de interesses individuais, difusos e coletivos; ações constitucionais em espécie (*habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança individual e coletivo; mandado de injunção, ação civil pública, ação popular, ação direta de constitucionalidade, ação direta de inconstitucionalidade, arguição de descumprimento de preceito fundamental).

## DIREITO ELEITORAL

1. Princípios do direito eleitoral. Princípio democrático. Princípio republicano. Princípio federativo. Princípio da igualdade. Princípio do voto direto e secreto. Democracia partidária. Participação popular ou acesso democrático. Princípio da anualidade ou da anterioridade. 2. Justiça e Ministério Público Eleitorais. Organização. Competência. Funções normativas, consultivas, administrativas e jurisdicionais. Juízes eleitorais. Juntas eleitorais. Tribunais Regionais Eleitorais. Tribunal Superior Eleitoral. Divisão geográfica. 3. Partidos políticos. Tratamento normativo. Liberdade de organização. Autonomia. Fidelidade partidária. Prestação de contas. Fundo partidário. Perda de cargo eletivo. Lei nº 9.096/1995 e suas alterações.



## **DIREITO EMPRESARIAL**

1. Ordem econômica na Constituição de 1988. Princípios reguladores. Teoria do Direito Empresarial. Teoria Jurídica da Empresa. Teoria Jurídica do Mercado. Interpretação do direito empresarial. Características do direito empresarial. 2. Empresário. Conceito e caracterização. Capacidade. Deveres. Empresário individual e sociedade empresária. Sociedade não empresária. Pequeno empresário. Empresário Rural. Empresa Individual de Responsabilidade Ltda. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Registro Público das Empresas Mercantis. Lei nº 8.934/1994. Institutos complementares. Nome empresarial. Prepostos. Contabilistas. Auxiliares da empresa. Escrituração. Livros obrigatórios e facultativos. Força probante. Demonstrações dos resultados econômicos da Empresa.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

1. Sistema Tributário Nacional: Constituição Federal e Código Tributário Nacional. 2. Princípios do Direito Tributário. 3. Normas constitucionais de Direito Tributário. 4. Fontes do direito tributário. Hierarquia das normas. Vigência e aplicação da legislação tributária no tempo e no espaço. Legislação tributária. Conceitos. Lei ordinária e lei complementar, Lei Delegada, Decretos Legislativos, Resoluções do Senado, Atos Normativos de Autoridade Administrativa, Decretos e Despachos Normativos do Executivo, Resoluções Administrativas, Portarias, Decisões Administrativas e Consultas. Matérias reservadas à previsão por Lei Complementar. Medida provisória. Tratados e convenções internacionais. Convênios do CONFAZ. 5. Tributação internacional. Acordos para evitar a dupla tributação. Aspectos tributários da OMC, MERCOSUL, ALADI e ALCA. Incentivos fiscais.

## **DIREITO AMBIENTAL**

1. Meio Ambiente. Teoria Geral do Direito ambiental. Conceito. Natureza. Fontes e Princípios. 2. Política ambiental constitucional. Deveres ambientais. Deveres ecológicos e regulamentação da atividade econômica na Constituição Federal. 3.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da 1ª Vice-Presidência

Direito Ambiental Constitucional. Constituição Federal art. 225. Competência legislativa em matéria ambiental. Competências legislativas exclusivas e concorrentes. 4. Bens Ambientais. Águas, cavidades naturais subterrâneas. Energia. Espaços territoriais protegidos e seus componentes: Fauna, Flora, Florestas, Ilhas, Paisagem, Mar Territorial, Praias fluviais, Praias marítimas. Recursos naturais da plataforma continental. Recursos da zona econômica exclusiva. Sítios arqueológicos e pré-históricos. Terrenos de marinha e seus acrescidos. Terrenos marginais.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

1. Princípios do Direito Administrativo. Origens, objeto e conceito. Noção. Relevância. Tipologia. Princípios constitucionais e infraconstitucionais regedores da atividade administrativa. Legalidade. Impessoalidade. Moralidade. Publicidade. Eficiência. Preponderância e indisponibilidade do interesse público. Proporcionalidade. Razoabilidade. Motivação. Continuidade. Presunção de veracidade e de legalidade. Autoexecutoriedade. Autotutela. Segurança jurídica. Proteção à confiança. Boa-fé. 2. Servidores públicos. Legislação: Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Santa Catarina; Regime Próprio de Previdência do Estado do Santa Catarina (Lei Estadual nº 6.745/1985). Terminologia. Vínculos de trabalho (funções, cargos e empregos). Noção. Acessibilidade. Cargos públicos. Regime jurídico. Vencimento, remuneração e subsídio. Estabilidade. Vitaliciedade. Acumulação de cargos. Exercício de mandato eletivo. Férias, décimo terceiro salário, licenças e direito de greve. Sindicalização. Aposentadoria e pensão. Limites de despesas com pessoal. Responsabilidade dos servidores. Poder disciplinar. Regime disciplinar. Processo administrativo disciplinar (Lei Complementar nº 491/2010). Comunicabilidade de instâncias.

## **NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA**

1. Introdução à sociologia da administração judiciária. Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia). Gestão. Gestão de pessoas. 2. Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual. 3. Regime jurídico da magistratura nacional: carreiras, ingresso,



promoções, remoções. 4. Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça. 5. Ideologias.

## PONTO 2

### **DIREITO CIVIL**

1. Lei de introdução às normas do direito brasileiro. Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. Conflito das leis no tempo. Eficácia das leis no espaço. 2. Fato jurídico. Negócio jurídico. Disposições gerais. Classificação e interpretação. Elementos. Representação. Condição, termo e encargo. Defeitos do negócio jurídico. Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico. Simulação. Atos jurídicos lícitos e ilícitos. Prescrição e decadência. Prova do fato jurídico. 3. Obrigações. Características. Elementos Princípios. Boa-fé. Obrigação complexa (a obrigação como um processo). Obrigações de dar. Obrigações de fazer e de não fazer. Obrigações alternativas e facultativas. Obrigações divisíveis e indivisíveis. Obrigações solidárias. Obrigações civis e naturais, de meio, de resultado e de garantia. Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada. Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais. Obrigações líquidas e ilíquidas. Obrigações principais e acessórias. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. 4. Lei nº 13.146/2015 e suas alterações (Estatuto da pessoa com deficiência).

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

1. Da formação, da suspensão e da extinção do processo 2. Do processo de conhecimento. 3. Procedimento comum. 4. Petição inicial. 5. Tutelas provisórias, tutela de urgência e de evidência. 6. Improcedência liminar do pedido. 7. Comunicação dos atos processuais: citação. 8. Respostas do réu: contestação, reconvenção. 9. Revelia. 10. Providências preliminares. 11. Julgamento conforme o estado do processo. 12. Provas. Teoria geral da prova. Objeto, fonte e meios. Admissibilidade. Provas típicas e atípicas. Provas ilícitas. Ônus da prova. Provas



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da 1ª Vice-Presidência

em espécie e sua produção. 13. Do saneamento e da organização do processo. 14. Audiências. 15. Sentença. Conteúdo. Defeitos das sentenças. 16. Coisa julgada. Limites subjetivos e objetivos. Relativização da coisa julgada.

## **DIREITO DO CONSUMIDOR**

1. Práticas comerciais: oferta e efeito vinculante da oferta publicitária; publicidade; práticas abusivas; cobrança de dívidas; bancos de dados e cadastros de consumidores. 2. Proteção contratual: princípios basilares dos contratos de consumo; cláusulas abusivas; contratos de adesão. Sanções administrativas.

## **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

1. Direitos fundamentais: direito à vida e à saúde; direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. 2. Direito à Profissionalização e a Proteção do Trabalho Urbano e Rural do Adolescente. 3. Direito à Convivência Familiar e Comunitária. 4. Poder Familiar. Parentesco. Família natural e da família substituta. Família substituta nacional e estrangeira. Espécies de família substituta e regras especiais. 5. Guarda; Tutela e Adoção. Alternativas de acolhimento familiar.

## **DIREITO PENAL**

1. Teoria do Delito. Classificação dos crimes. Teoria da Ação. Teoria do Tipo. O fato típico e seus elementos. Relação de causalidade. Teorias. Imputação objetiva. Dolo e Culpa. Tipos dolosos de ação. Tipos dos Crimes de Imprudência. Tipos dos Crimes de Omissão. Consumação e tentativa. 2. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 3. Arrependimento posterior. 4. Crime impossível. 5. Agravação pelo resultado. 6. Erro. Discriminantes putativas. Erro determinado por terceiro. Erro sobre a pessoa. Erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição). 7. Crimes contra a dignidade sexual. 8. Lei nº 1.521/1951 (Crimes contra a economia popular) 9. Decreto-lei nº 3.688/1941 e suas alterações (Contravenções penais). 10. Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (Execução Penal).





## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

1. Ação penal. Ação civil Ex Delicto. 2. Jurisdição e Competência. Questões e processos incidentes. 3. Prova. 4. Sujeitos do Processo. 5. Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória. Lei nº 7.960/1989 e suas alterações (prisão temporária).

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

1. Interpretação da Constituição: hermenêutica constitucional; critério da interpretação conforme. 2. Aplicabilidade das normas constitucionais: classificação quanto à eficácia; normas programáticas. 3. Controle de constitucionalidade: sistemas de controle; o sistema brasileiro; exercício do controle; efeitos da declaração de inconstitucionalidade; efeitos da declaração de constitucionalidade; a inconstitucionalidade por omissão. Fiscalização abstrata no plano estadual. Fiscalização incidental. Controle de constitucionalidade das leis municipais. Ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual e o problema da norma repetida. 4. Poder Judiciário. Organização do Poder Judiciário. Supremo Tribunal Federal. Competência. Recurso Extraordinário. Repercussão Geral. Súmula vinculante. Superior Tribunal de Justiça. Competência. Recurso Especial. Conselho Nacional de Justiça. Tribunais e Juízes dos Eleitorais. Tribunais e Juízes dos Estados. Direitos e Deveres da Magistratura. Garantias da Magistratura. LOMAN (Lei Complementar nº 35/1979). Funções essenciais à Justiça. Ministério Público (natureza, princípios e garantias, estrutura e funções constitucionais). Advocacia Pública e Defensoria Pública (procuradorias). Advocacia e Defensoria Pública. 5. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 6. Constituição do Estado de Santa Catarina.

## **DIREITO ELEITORAL**

1. Sistemas eleitorais. Considerações gerais. Tipologia. Sistema majoritário. Sistema proporcional. Sistema misto. 2. Eleições. Lei nº 9.504/1997 e suas alterações. Filiação partidária. Convenções partidárias. Registro de candidatos. Arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais. Prestação de contas. Propaganda



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da 1ª Vice-Presidência

eleitoral. Acesso gratuito ao rádio e à televisão. Propaganda partidária fiscalização. Pesquisas e testes pré-eleitorais. Direito de resposta. Votação. Atos preparatórios, início e encerramento. Lugares de votação, seções eleitorais e mesas receptoras. Polícia e fiscalização perante as mesas receptoras. Apuração. Proclamação dos resultados. Diplomação. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais.

## **DIREITO EMPRESARIAL**

1. Teoria Geral das Sociedades. Sociedades. Conceito. Elementos. Classificação. Princípios. Personalidade jurídica. Desconsideração da personalidade jurídica. Sócio e acionista. Direitos. Deveres. Responsabilidades. Capital Social. Classificação das sociedades. Sociedades no Código Civil. Sociedade em Comum. Sociedade em Conta de Participação. Sociedade Simples. Sociedade em nome coletivo. Sociedade em comandita simples. Sociedade Limitada. Sociedade em comandita por ações. Sociedade cooperativa. Sociedades Coligadas. Liquidação da sociedade. Transformação, incorporação, Fusão e Cisão das Sociedades. Sociedade dependente de autorização. Sociedade nacional e estrangeira. Sociedade anônima no Código Civil e Lei nº 6.404/1976 e suas alterações. Sociedades de economia mista. Sociedades controladoras e controladas. Mercado de Capitais. Valores Mobiliários. Dissolução. Retirada e exclusão do sócio. Apuração de haveres. Liquidação. Partilha. Processo. Teoria do Estabelecimento Comercial. Estabelecimento comercial no Código Civil e no Código de Processo Civil. Estabelecimento Virtual. Aviamento. Clientela. Locação em *Shopping Centers*. Ação renovatória de locação. Propriedade industrial. Lei nº 9.279/1996. Lei nº 9.609/1998.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

1. Tributo: conceito, natureza jurídica, espécies: imposto, taxa, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório, contribuições. 2. Competência tributária: classificação, exercício da competência tributária. 3. Capacidade tributária, distinção entre competência tributária e capacidade tributária. 4. Obrigação tributária: definição e natureza jurídica, obrigação principal e acessória, fato gerador, sujeito ativo, sujeito



passivo, solidariedade, capacidade tributária, domicílio tributário. 5. Responsabilidade tributária: responsabilidade dos sucessores; responsabilidade de terceiros, responsabilidade por infrações.

## **DIREITO AMBIENTAL**

1. Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Princípios da PNMA. Objeto. Finalidade. Instrumentos da PNMA. 2. Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Objeto. Órgãos integrantes. Órgão Superior. Conselho de Governo. 3. Órgão Consultivo e Deliberativo (CONAMA). Órgão Central – Ministério do Meio Ambiente. Recursos Hídricos e Amazônia legal. Órgão executor – IBAMA. Órgãos Setoriais. Órgãos Seccionais e órgãos locais. Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Licenciamento Ambiental. Sistema de Licenciamento.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

1. Administração Pública. Noção. Relação com legislação e jurisdição. Governo. Constituição. Federação. Personalidade jurídica. Estrutura fundamental no Brasil. Desconcentração. Descentralização. Órgãos públicos. Hierarquia. Delegação. Avocação. 2. Administração direta e indireta. Noções. Características. Autarquias. Fundações públicas. Empresas públicas. Sociedades de economia mista. Entes com situação peculiar (ordens e conselhos profissionais, fundações de apoio, empresas controladas pelo poder público, serviços sociais autônomos, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público). 3. Bens públicos. Terminologia. Síntese evolutiva. Noção. Tipologia. Classificação. Domínio do Estado. Domínio privado. Uso de bem público por particular (normal, anormal, comum e privativo). Alienação. Afetação e desafetação. Formação do patrimônio público. Regime jurídico geral. Aquisição. Terras devolutas. Terrenos de marinha. Terrenos marginais ou reservados. Terras indígenas. Ilhas. Águas públicas. Minas e jazidas.

## **NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA**

1. Direito, Comunicação Social e opinião pública. 2. Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a



mídia. 3. Direitos e deveres funcionais da magistratura. 4. Eficácia da lei no tempo. Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho. 5. Lei Complementar nº 367/2006 (dispõe sobre o Estatuto da Magistratura do Estado de Santa Catarina e adota outras providências).

### PONTO 3

#### **DIREITO CIVIL**

1. Contratos. Princípios. Classificação. Contratos em geral. Disposições gerais. Interpretação. Extinção. Espécies de contratos regulados no Código Civil. Atos unilaterais. 2. Responsabilidade civil. 3. Direitos reais. Disposições gerais. Propriedade. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direito do promitente comprador. 4. Condomínio em edificações e incorporações imobiliárias (Leis nº 4.591/1964 e suas alterações e nº 10.931/2004).

#### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

1. Sentença. Conteúdo. Defeitos das sentenças. 2. Coisa julgada. Limites subjetivos e objetivos. Relativização da coisa julgada. 3. Dos processos nos tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais: estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência. 4. Julgamentos com efeitos vinculantes. 5. Incidentes de prevenção e uniformização da jurisprudência. 6. Precedentes: teoria geral, *distinguishing* (distinção) e *overruling* (superação). 7. Declaração de inconstitucionalidade. 8. Recursos e meios de impugnação. Teoria geral dos recursos. Princípios. Admissibilidade e efeitos. 9. Apelação, agravos, embargos de declaração, embargos de divergência. 10. Reexame necessário. 11. Ação rescisória. 12. Recursos nos Tribunais Superiores. Regimento Interno do STJ e STF. 13. Reclamação. 14. Processo coletivo. 15. Tutela dos interesses transindividuais. Conceito. Espécies. Mecanismos processuais e respectivos procedimentos. 16. Ação civil pública. 17. Mandado de Segurança. 18. Ação Popular. 19. *Habeas Corpus*. 20. *Habeas Data* e 21. Mandado de Injunção.



---

## **DIREITO DO CONSUMIDOR**

1. Defesa do consumidor em juízo. Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Legitimidade ativa para a propositura de ações coletivas. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Coisa julgada. 2. Decadência e prescrição; desconsideração da personalidade jurídica.

## **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

1. A infância e a adolescência no contexto internacional – A Convenção Internacional dos Direitos da Criança (ONU, 1989) e principais documentos internacionais. 2. Direito à vida e a proteção do nascituro. Aspectos constitucionais e legais. 3. Prevenção e prevenção especial vinculadas à informação, lazer, esportes, diversões e espetáculos. Produtos e serviços. Autorização para viajar. Formas de controle. Ação Civil Pública. 4. Política de atendimento. Entidades de atendimento. Fiscalização. 5. Medidas de proteção. Medidas específicas de proteção.

## **DIREITO PENAL**

1. Penas. Espécies de penas. Cominação das penas. Aplicação da pena. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. Execução das penas em espécie e incidentes de execução. Limites das penas. 2. Medidas de segurança. Execução das medidas de segurança. 3. Ação penal. 4. Punibilidade e causas de extinção. 5. Prescrição. 6. Crimes contra a fé pública. 7. Crimes contra a administração pública. 8. Lei nº 7.716/1989 e suas alterações (crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor). 9. Crimes da Lei nº 8.078/1990 e suas alterações (Código de Proteção e Defesa do Consumidor). 10. Lei nº 9.503/1997 e suas alterações (crimes de trânsito). 11. Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Crimes do Estatuto do Idoso).

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

1. Citações e intimações. Atos Processuais e Atos Judiciais. 2. Procedimentos.



Processo comum. Instrução criminal. Procedimento ordinário. Procedimento sumário. 3. Procedimento sumaríssimo. 4. Procedimento relativo ao Tribunal do Júri. Desaforamento. 5. Processos especiais. Lei nº 8.038/1990 e suas alterações — normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

1. Controle de constitucionalidade: sistemas de controle; o sistema brasileiro; exercício do controle; efeitos da declaração de inconstitucionalidade; efeitos da declaração de constitucionalidade; a inconstitucionalidade por omissão. Fiscalização abstrata no plano estadual. Fiscalização incidental. Controle de constitucionalidade das leis municipais. Ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual e o problema da norma repetida. 2. Poder Executivo: princípios constitucionais da Administração Pública; presidencialismo e parlamentarismo; organização e estrutura do Poder Executivo; eleição e mandato do Chefe do Executivo; perda do mandato: hipóteses e consequências; responsabilidade do Chefe do Executivo; Estado de sítio e Estado de defesa; Medida Provisória: natureza, efeitos, conteúdo e limites; competência política, executiva e regulamentar. 3. Direitos sociais: conceito e classificação; direitos dos trabalhadores (individuais e coletivos); direito à educação e à cultura; direito ambiental; direitos das crianças e dos idosos; direito à saúde e seguridade social (previdência e assistência social); disciplina da comunicação social. 4. Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica. Política Urbana. Tributação e orçamento. Sistema Tributário Nacional. Finanças Públicas.

## **DIREITO ELEITORAL**

1. Condições de elegibilidade. Direitos Políticos. Alistamento Eleitoral. Ato e efeitos da inscrição, transferência e encerramento, cancelamento e exclusão do eleitor. Domicílio eleitoral. Limites etários. Inelegibilidades. Espécies. Inelegibilidades constitucionais. Inalistabilidade. Analfabetismo. Reelegibilidade. Parentesco. Inelegibilidades infraconstitucionais. Lei Complementar nº 64/1990 e suas



alterações. Perda do mandato. Abuso do poder político. Abuso do poder econômico. Condenação criminal. Indignidade para o oficialato. Rejeição de contas. Dirigentes de instituições em processo de liquidação. Condenações em matéria eleitoral. Renúncia. Improbidade administrativa. Exclusão do exercício de profissão regulamentada. Simulação de desfazimento de vínculo conjugal. Demissão do serviço público. Condenações por doações ilícitas. Aposentadoria compulsória magistrados e membros do Ministério Público. Incompatibilidades. Suspensão da inelegibilidade.

### **DIREITO EMPRESARIAL**

1. Teoria geral da Concorrência Empresarial. Fundamento constitucional. Disciplina legal e contratual. Concorrência desleal. Sistema Brasileiro da Concorrência. Lei nº 12.529/2011. Empresário e o Direito do Consumidor. Fornecimento de bens e serviços. Teoria da qualidade. Relações interempresariais decorrentes de vícios do fornecimento de bens e serviços. Publicidade e tutela do consumidor. Responsabilidade civil em razão da publicidade empresarial. 2. Teoria geral do contrato e contratos mercantis. Função social do contrato e contratos empresariais. Unificação das obrigações. Caracterização do contrato mercantil. Princípios. Contrato tipo e contrato de adesão. Dependência empresarial e tutela do contratante empresarial mais fraco. Contratos eletrônicos.

### **DIREITO TRIBUTÁRIO**

1. Limitações do poder de tributar: imunidade tributária, imunidades em espécie, distinção entre imunidade, isenção e não incidência. 2. Repartição das receitas tributárias. 3. Análise crítica do sistema e de seus reflexos no desenvolvimento do País. Evasão e elisão tributárias. 3. Prescrição e decadência. 4. Administração tributária: fiscalização, dívida ativa, certidões negativas. 5. Impostos da União, impostos dos Estados e impostos dos Municípios. 6. Processo administrativo tributário: princípios básicos, determinação e exigência do crédito tributário, representação fiscal para fins penais. 7. Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).



## **DIREITO AMBIENTAL**

1. Tipos de Licenciamento (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação). Outorgas das Licenças. Licença Ambiental para fins específicos. Função e Natureza Jurídica do Estudo de Impacto Ambiental. 2. Conceito jurídico de impacto ambiental. Exigência Constitucional dos Estudos de Impacto Ambiental. O EIA na legislação nacional. Competência Legislativa sobre o EIA. Competência para exigir o EIA. Estados e Municípios. Competência do CONAMA para estabelecer as diretrizes sobre o EIA. Normas Gerais. Conteúdo do EIA. RIMA. Audiência Pública. As licitações e o EIA. 3. Conceito de Zoneamento Ambiental. Finalidade. Natureza jurídica. Zoneamento Ambiental Urbano. Zonas do Uso Industrial (ZUI). Zonas de Uso Estritamente Industrial (ZUEI). Zona de Uso Predominantemente Industrial (ZUPI). Zona de Uso Diversificado (ZUD). Zoneamento Ambiental Agrícola e Zoneamento Ambiental Costeiro.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

1. Atividades da Administração Pública. Tipologia. Poder e função. Poder normativo. Poder disciplinar. Poder decorrente de hierarquia. Poder vinculado. Poder discricionário (evolução conceitual, mérito, justificativa, campos de exercício, parâmetros, conceitos jurídicos indeterminados). Poder regulamentar. Poder normativo. Poder hierárquico. 2. Poder de polícia. Noções gerais. Síntese evolutiva. Fundamentos e finalidades. Polícia administrativa. Regime jurídico geral. Campo de atuação. Meios de atuação. Limites. Possibilidade de delegação. Características (discricionariedade/vinculação, autoexecutoriedade e coercibilidade). Requisitos de validade. Proporcionalidade. Sanções. Prescrição. 3. Serviços públicos. Caracterização. Princípios específicos. Tipologia. Modos de prestação. Concessão de serviço público. Conceito. Características. Concessão de serviço precedida de obra pública. Lei nº 8.987/1995 e suas alterações. Serviço adequado. Direitos e deveres dos usuários. Política tarifária. Licitação. Contrato. Encargos do concedente e da concessionária. Intervenção. Extinção. Permissão e autorização de serviço público. Arrendamento. Franquia. Parcerias público-privadas.





## **NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA**

1. Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos. Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos. 2. Código de Ética da Magistratura Nacional. 3. O conceito de Direito. Equidade. Direito e Moral. 4. A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU). 5. Lei Complementar nº 339/2006 (dispõe sobre a divisão e organização judiciárias do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências). 6. Lei Complementar nº 413/2008 (transforma cargos do quadro da magistratura de Santa Catarina e altera dispositivos das leis complementares nº 339/2006 e nº 367/2006).

## **PONTO 4**

### **DIREITO CIVIL**

1. Posse. 2. Direitos reais de garantia. Características. Princípios. Penhor, hipoteca e anticrese. 3. Preferências e privilégios creditórios. 4. Lei nº 6.015/1973 e suas alterações (Registro de imóveis). Noções gerais, registros, presunção de fé pública, prioridade, especialidade, legalidade, continuidade, transcrição, inscrição e averbação. Procedimento de dúvida.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

1. Do processo de execução. 2. Execução em geral. 3. Disposições gerais. 4. Das partes. 5. Da competência. 6. Dos requisitos necessários para realizar qualquer execução. 7. Da responsabilidade patrimonial. 8. Das diversas espécies de execução. 9. Disposições gerais. 10. Da execução para a entrega de coisa. 11. Da execução das obrigações de fazer ou de não fazer. 12. Da execução por quantia certa. 13. Da execução contra a fazenda pública. 14. Da execução de alimentos. 15. Dos embargos à execução. 16. Da suspensão e da extinção do processo de execução. 17. Da liquidação de sentença. 18. Do cumprimento da sentença. 19. Disposições gerais. 20. Do cumprimento provisório da sentença que reconhece a



exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa. 21. Do cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa. 22. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos. 23. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública. 24. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.

## **DIREITO DO CONSUMIDOR**

1. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. PROCON. Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor. 2. Relação de consumo no serviço público.

## **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

1. A Justiça da Infância e da Juventude. Aspectos Processuais e Procedimentos especiais. Recursos. O acesso à Justiça na defesa dos interesses individuais, coletivos e difusos. A atuação do Juiz da Infância e da Juventude. 2. O Ministério Público. Atribuições. Ação Civil Pública. Termo de ajustamento da conduta. Apuração de responsabilidades nas entidades de atendimento. 3. Ato infracional. Medidas socioeducativas. Remissão. Direitos individuais. Proteção Judicial aos interesses individuais. Garantias processuais. 4. Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsáveis. Da alienação parental. 5. Conselhos Tutelares. Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente. Estrutura. Atribuições. Processo de escolha. Impedimentos. Competência.

## **DIREITO PENAL**

1. Princípios aplicáveis ao Direito Penal. 2. Características e Fontes do Direito Penal. 3. Bem jurídico-penal. Teorias. 4. Funções da Pena. Teorias. 5. Crimes contra a incolumidade pública. 6. Crimes contra a paz pública. 7. Lei nº 9.455/1997 e suas alterações (crimes de tortura). 8. Lei nº 12.694/2012 e Lei nº 12.850/2013 e suas alterações (crime organizado). 9. Lei nº 11.340/2006 e suas alterações (Lei Maria da Penha). 10. Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal. 11. Entendimento



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da 1ª Vice-Presidência

---

dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito penal.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

1. Lei nº 9.099/1995 e suas alterações e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (juizados especiais cíveis e criminais). 2. Prazos. Características, princípios e contagem. 3. Sentença. Conceito, requisitos, classificação, publicação e intimação. Sentença absolutória: providências e efeitos. Sentença condenatória: fundamentação da pena e efeitos. 4. Efeitos civis da sentença penal. Coisa julgada penal. Inimputabilidade e processo penal. 5. Nulidades.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

1. Poder Constituinte: conceito; legitimidade e limites; poder originário e poder derivado; poder constituinte estadual. 2. Controle de constitucionalidade: sistemas de controle; o sistema brasileiro; exercício do controle; efeitos da declaração de inconstitucionalidade; efeitos da declaração de constitucionalidade; a inconstitucionalidade por omissão. Fiscalização abstrata no plano estadual. Fiscalização incidental. Controle de constitucionalidade das leis municipais. Ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual e o problema da norma repetida. 3. Estrutura federativa brasileira: conceito e características da federação; repartição e classificação das competências na Constituição de 1988; União (natureza da unidade federativa; competências; organização), Estados (competências, organização e autonomia), Municípios (competências, organização e autonomia) e Distrito Federal (natureza, competências, organização e autonomia); Lei nº 11.107/2005 e suas alterações (consórcios públicos); intervenção nos Estados e Municípios (autonomia e intervenção, competência interventiva, pressupostos formais e substanciais, limites e controle). 4. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Emenda Constitucional nº 45/2004 – Reforma do Judiciário. Emendas Constitucionais. Entendimento dos tribunais superiores. 5. Tratados e convenções sobre direitos humanos.



---

## DIREITO ELEITORAL

1. Captação ilícita de sufrágio e condutas vedadas a agentes públicos. Conceito. Tipologia. Caracterização. Aspectos processuais. Consequências. 2. Ações e representações eleitorais. Ação de impugnação de mandato eletivo (AIME). Ação de impugnação de registro de candidatura (AIRC). Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Recurso contra a expedição de diploma (RCED). Medidas cautelares. 3 Recursos eleitorais e ação rescisória em matéria eleitoral. Tipologia. Características. Efeitos. Recursos das decisões dos juízes eleitorais. Recursos das decisões das juntas eleitorais. Recursos das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais. Recursos das decisões do Tribunal Superior Eleitoral. *Habeas corpus* e mandado de segurança em matéria eleitoral.

## DIREITO EMPRESARIAL

1. Compra e venda mercantil. Elementos essenciais. Direitos e obrigações das partes. Responsabilidade pelos vícios. Responsabilidade pela evicção. Compra e venda no comércio exterior. *Incoterms*. Modalidade de compras e venda. Contrato de fornecimento. Contrato de Distribuição. Comissão mercantil. Mandato mercantil. Contrato de Agência. Lei nº 4.886/1965 (Representação comercial). Contrato de Concessão Mercantil. Contrato de Consignação. Contrato de Franquia. Contrato de corretagem. Contrato de transporte. Contrato de depósito. Contrato de *know-how*. Locação mercantil. 2. Teoria jurídica da atividade bancária. Contratos bancários. Contrato de conta corrente bancária. Mútuo bancário. Depósito. Desconto. Abertura de crédito. Crédito documentário. Antecipação. Cobrança. Fomento mercantil. Arrendamento mercantil. Repasse financiamento. Penhor mercantil. Alienação Fiduciária em Garantia. Alienação fiduciária de bem móvel. Alienação fiduciária de bem imóvel. Alienação fiduciária no âmbito do mercado de valores mobiliários. Contrato de seguro. Resseguro. Cartões de Crédito. Encargos nos contratos de crédito bancário. Garantias nos contratos de crédito bancário.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Direito financeiro: sede constitucional, seu objeto e suas fontes. Normas gerais de



direito financeiro e de direito tributário: autonomia científica e normativa. Atividade financeira do Estado: fundamentos financeiros, econômicos e jurídicos. Finalidades. Aspectos tributários das leis: de responsabilidade tributária, de diretrizes orçamentárias, de orçamento anual, Lei nº 4.320/1964 e suas alterações. 2. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. 3. Crédito tributário: constituição de crédito tributário, lançamento, modalidades de lançamento, suspensão do crédito tributário, extinção do crédito tributário, exclusão de crédito tributário, garantias e privilégios do crédito tributário.

## **DIREITO AMBIENTAL**

1. O Dano Ambiental. Apuração do Dano Ambiental. Reparação do Dano Ambiental. Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal por danos ao Meio Ambiente. Infrações Administrativas Ambientais. Sanções para as Infrações administrativas ambientais. O Poder de Polícia e Direito Ambiental. 2. Meios processuais para a defesa ambiental. Ação Popular. Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985 e suas alterações). Competência para o processamento e julgamento das ações civis públicas por danos ao meio ambiente. Legitimidade ativa. Mandado de Segurança Coletivo. Desapropriação. Tombamento. A tutela inibitória em matéria de proteção ao meio ambiente. A tutela de urgência no direito ambiental. O acesso coletivo à tutela jurisdicional em matéria ambiental. Lei nº 9.605/1998 e suas alterações (Crimes contra o meio ambiente). Responsabilidade penal ambiental. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Ação e processo penal. Competência para julgar os crimes contra o meio ambiente. Crimes contra a fauna. Crimes contra a flora. Crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural. Crimes de poluição.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

1. Ato administrativo. Estado de Direito. Noção. Elementos (agente competente, objeto, forma, motivo, finalidade). Atributos (presunção de legitimidade/veracidade, imperatividade, autoexecutoriedade e tipicidade). Perfeição, vigência e eficácia. Retroatividade e irretroatividade. Tipologia. Legalidade. Mérito. Ato de governo. "Não



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da 1ª Vice-Presidência

ato". Vícios e defeitos. Desfazimento. Nulidades. Anulação e revogação. Cassação. Preservação (convalidação, ratificação e conversão). 2. Intervenção na propriedade. Noções gerais. Tipologia. Função social da propriedade. Restrições e limitações administrativas em geral. Tombamento. Ocupação temporária. Requisição. Servidão administrativa. Desapropriação. Tratamento constitucional e infraconstitucional. Fundamentos e requisitos. Bens expropriáveis. Competência. Fases e procedimentos. Indenização. Imissão na posse. Desistência da desapropriação. Destinação dos bens expropriados. Retrocessão. Desapropriação indireta ou apossamento administrativo. Expropriação.

### **NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA**

1. Relações sociais e relações jurídicas. Controle social e o Direito. Transformações sociais e Direito. 2. Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados. 3. O conceito de Justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político. Divergências sobre o conteúdo do conceito. 4. Direito objetivo e direito subjetivo. 5. Fontes do Direito objetivo. Princípios gerais de Direito. Jurisprudência. Súmula vinculante.

### **PONTO 5**

#### **DIREITO CIVIL**

1. Direito de família. Casamento. Relações de parentesco. Regime de bens entre os cônjuges. Usufruto e administração dos bens de filhos menores. Alimentos. Bem de família. União estável. Concubinato. Tutela. Curatela. 2. Direito das sucessões. Sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha. 3. Lei nº 8.245/1991 e suas alterações (Locação de imóveis urbanos). Disposições gerais, locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias, penalidades civis, nulidades, locação residencial, locação para temporada, locação não residencial. 4. Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso).

de 28



---

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

1. Dos procedimentos especiais. 2. Da ação de consignação em pagamento. 3. Da ação de exigir contas. 4. Das ações possessórias. 5. Disposições gerais. 6. Da manutenção e da reintegração de posse. 7. Do interdito proibitório. 8. Da ação de divisão e da demarcação de terras particulares. 9. Disposições gerais. 10. Da demarcação. 11. Da divisão. 12. Da ação de dissolução parcial de sociedade. 13. Do inventário e da partilha. 14, disposições gerais. 15. Da legitimidade para requerer o inventário. 16. Do inventariante e das primeiras declarações. 17. Das citações e das impugnações. 18. Da avaliação e do cálculo do imposto. 19. Das colações. 20. Do pagamento das dívidas. 21. Da partilha. 22. Do arrolamento. 23. Disposições comuns a todas as seções. 24. Dos embargos de terceiro. 25. Da oposição. 26. Da habilitação. 27. Das ações de família. 28. Da ação monitória. 29. Da homologação do penhor legal. 30. Da regulação de avaria grossa. 31. Da restauração de autos. 32. Dos procedimentos de jurisdição voluntária. 33. Disposições gerais. 34. Da notificação e da interpelação. 35. Da alienação judicial. 36. Do divórcio e da separação consensuais, da extinção consensual de união estável e da alteração do regime de bens do matrimônio. 37. Dos testamentos e dos codicilos. 38. Da herança jacente. 39. Dos bens dos ausentes. 40. Das coisas vagas. 41. Da interdição. 42. Disposições comuns à tutela e à curatela. 43. Da organização e da fiscalização das fundações. 44. Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo. Ações locatícias.

## **DIREITO DO CONSUMIDOR**

1. Infrações penais. As relações de consumo como bem jurídico penal. Sujeitos ativo e passivo dos crimes contra as relações de consumo. Código penal e proteção ao consumidor. Resultado nas infrações penais de consumo e crimes de perigo. 2. Tipos penais: omissão de informação a consumidores; omissão de comunicação da nocividade de produtos; execução de serviço de alto grau de periculosidade; oferta não publicitária enganosa; publicidade enganosa ou abusiva; indução a comportamento prejudicial ou perigoso; publicidade sem base fática, técnica ou científica; troca de peças usadas sem autorização; cobrança abusiva de



dívidas; impedimento de acesso a cadastros e banco de dados; omissão de correção de informações em bancos de dados e cadastros; omissão de entrega do termo de garantia.

## **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

1. Responsabilidade Civil. Danos Causados por Crianças e Adolescentes. Crimes e Infrações Administrativas contra a Criança e ao Adolescente: Código Penal, Estatuto e Legislação especial. Aspectos constitucionais e legais. 2. Fundo da Infância e Adolescência. 3. Lei nº 12.594/2012 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo). Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. 4. Provimento Corregedoria CNJ nº 32/2013 e suas alterações. Resolução do CNJ nº 165/2012 e suas alterações. 5. Resolução do CONANDA nº 169/2014.

## **DIREITO PENAL**

1. Concurso de crimes. 2. Ilicitude. 3. Culpabilidade. 4. Imputabilidade penal. 5. Concurso de Pessoas. 6. Crimes contra o patrimônio. 7. Crimes Falimentares. 8. Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas). 9. Lei nº 4.898/1965 e suas alterações (Abuso de Autoridade). 10. Crimes da Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente). 11. Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de Dinheiro). 12. Convenção americana sobre direitos humanos (Pacto de São José e Decreto nº 678/1992).

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

1. Recursos em geral. 2. *Habeas corpus* e seu processo. Mandado de segurança. Revisão criminal. Exceções. 3. Normas processuais da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (execução penal). 4. Aspectos processuais penais constantes das Leis nº 8.072/1990, nº 9.099/1995, nº 10.259/2001, nº 9.296/1996, nº 9.503/1997, nº 9.613/1998, nº 10.826/2003, nº 11.340/2006, nº 11.343/2006 e nº 12.850/2013, com as alterações legislativas que seguiram em relação a elas. Identificação Criminal (Lei nº 12.037/2009). 5. Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira.





---

## DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Controle de constitucionalidade: sistemas de controle; o sistema brasileiro; exercício do controle; efeitos da declaração de inconstitucionalidade; efeitos da declaração de constitucionalidade; a inconstitucionalidade por omissão. Fiscalização abstrata no plano estadual. Fiscalização incidental. Controle de constitucionalidade das leis municipais. Ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual e o problema da norma repetida. 2. Poder Executivo estadual. Atribuições e responsabilidades do Governador e do Prefeito. Poder Legislativo estadual. Imunidade dos deputados estaduais e dos vereadores. Processo legislativo estadual. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Tribunal de Contas do Estado. 3. Direitos políticos: nacionalidade (conceito e natureza, direitos dos estrangeiros); cidadania (direito a voto e elegibilidade); plebiscito e referendo (conceitos e distinções); direitos políticos negativos (conceito e significado; perda, suspensão e requalificação dos direitos políticos; inelegibilidades); Partidos políticos e organização partidária; Lei nº 9.096/1995 e suas alterações (Lei Orgânica dos Partidos Políticos). 4. Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. 5. Direitos e garantias fundamentais: declaração dos direitos e sua formação histórica; natureza e eficácia das normas sobre direitos fundamentais; conceito de direitos e de garantias; classificação dos direitos fundamentais. 6. Direitos individuais: destinatários; classificação; direito à vida; direito à privacidade; dignidade da pessoa humana; igualdade; liberdade (pessoa física, pensamento, ação profissional); propriedade (conceito e natureza constitucional, propriedades especiais, limitações ao direito de propriedade, função social da propriedade).

## DIREITO ELEITORAL

1. Crimes eleitorais. Classificação. Código Eleitoral. Leis penais eleitorais extravagantes. Crimes contra a organização administrativa da Justiça Eleitoral. Crimes contra os serviços da Justiça Eleitoral. Crimes contra a fé pública eleitoral. Crimes contra a propaganda eleitoral. Crimes contra o sigilo ou o exercício do voto. Crimes contra os partidos políticos. Crimes do Código Eleitoral. Crimes das leis penais eleitorais extravagantes. Leis nº 6.091/1974 e suas alterações. 2. Processo



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da 1ª Vice-Presidência

Penal Eleitoral. Investigação criminal eleitoral. Ação Penal. Competência em matéria criminal eleitoral. Rito processual penal eleitoral. Invalidação e nulidade de atos eleitorais. 3. Entendimento dos tribunais superiores.

## **DIREITO EMPRESARIAL**

1. Teoria geral dos títulos de crédito. Títulos de crédito no Código Civil. Constituição do crédito. Exigibilidade. Títulos de crédito em espécie. Letra de Câmbio. Nota promissória. Cheque. Duplicata. Títulos de créditos vinculados ao crédito rural, ao crédito industrial, ao comercial e à exportação. Cédulas de crédito bancário. Títulos de créditos vinculados ao financiamento imobiliário. Conhecimento de depósito. *Warrant*. Conhecimento de transporte. Títulos do agronegócio. Certificado de Depósitos Bancários. Letras de câmbio financeiras. Letras de Arrendamento mercantil. Letras Financeiras. Ações cambiárias. 2. Teoria geral das execuções coletivas. Teoria geral da falência. Evolução do Direito Falimentar. Princípio da preservação da empresa. Crise da empresa. Lei nº 11.101/2005 e suas alterações: Princípios. Disposições preliminares. Disposições comuns à recuperação judicial e à falência: verificação e habilitação de créditos. Administrador judicial e Comitê de Credores. Assembleia geral de credores. Recuperação judicial. Pedido e processamento da recuperação judicial. Plano e Recuperação judicial. Procedimento de recuperação judicial. Plano de Recuperação Judicial para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Convolação da recuperação judicial em falência. Falência. Disposições gerais. Classificação dos créditos. Pedido de restituição. Procedimento para a decretação da falência. Inabilitação empresarial, direitos e deveres do falido. Falência requerida pelo próprio devedor. Arrecadação e custódia de bens. Efeitos da decretação da falência sobre as obrigações do devedor. Ineficácia e revogação dos atos praticados antes da falência. Realização do ativo. Pagamento aos credores. Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido. Recuperação extrajudicial. Disposições penais. Disposições comuns. Procedimento penal. Disposições finais e transitórias. O Ministério Público no processo de falência e de recuperação judicial.



## DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Processo judicial tributário: Lei nº 6.830/1980 e suas alterações (ação de execução fiscal), Lei nº 8.397/1992 (ação cautelar fiscal), ação declaratória da inexistência de relação jurídico-tributária, ação anulatória de débito fiscal, Lei nº 12.016/2009 (mandado de segurança), ação de repetição de indébito, ação de consignação em pagamento, ações de controle de constitucionalidade, ação civil pública. 2. Ilícito tributário: ilícito administrativo tributário, ilícito penal tributário, Lei nº 8.137/1990 e suas alterações (crimes contra a ordem tributária). 3. Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal).

## DIREITO AMBIENTAL

1. Direito ambiental internacional. Conceito. Fontes do direito ambiental internacional. Princípios gerais do direito ambiental internacional. MERCOSUL e direito ambiental internacional. Procedimentos administrativos de prevenção de dano ambiental transfronteiriço. As Organizações não governamentais (ONGs). 2. Conceito de Poluição. Poluição das águas. Poluição Atmosférica. Poluição por resíduos sólidos. Poluição por rejeitos perigosos. Poluição por agrotóxicos. Poluição sonora. Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação: Fundamento Constitucional. Mudança do Clima e Mercado de Carbono. 3. Parcelamento e loteamento do solo urbano. Lei nº 6.938/1981 e suas alterações (política nacional do meio ambiente). Estatuto da Cidade. Lei nº 12.651/2012 e suas alterações (código florestal). Lei nº 16.342/2014 (altera a Lei nº 14.675/2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente).

## DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Processo Administrativo. Tratamento constitucional e infraconstitucional. Finalidades. Devido processo legal no âmbito administrativo. Princípios específicos (contraditório, ampla defesa, duração razoável, formalismo moderado, verdade material, oficialidade, gratuidade, pluralidade de instâncias, participação popular). Tipologia. Fases. Lei nº 9.784/1999 e suas alterações. *Reformatio in pejus*. Processo administrativo disciplinar. Processo sumário. Sindicância. Verdade sabida. 2.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da 1ª Vice-Presidência

Responsabilidade civil extracontratual do Estado. Evolução do tema. Tratamento constitucional e infraconstitucional. Responsabilidade objetiva. Responsabilidade subjetiva. Responsabilidade por ação. Responsabilidade por omissão. Responsabilidade decorrente de comportamento ilícito. Responsabilidade decorrente de comportamento lícito. Reparação do dano. Regresso. Causas de exclusão ou de atenuação da responsabilidade. Atos jurisdicionais e legislativos. 3. Controle da Administração Pública. Tipologia. Controles internos. Controle parlamentar. Controle pelos Tribunais de Contas. *Ombudsman*. Controle jurisdicional. Sistemas. Inafastabilidade. Inexigência de esgotamento da via administrativa. Alcance. Consequências. Administração em juízo. *Habeas corpus*. *Habeas data*. Mandado de injunção. Mandado de segurança individual e coletivo. Ação popular. Ação civil pública. 4. Improbidade administrativa. Regime jurídico. Concomitância de instâncias. Elementos constitutivos do tipo. Sujeição ativa. Sujeição passiva. Ato danoso. Dolo e culpa. Sanções. Procedimentos. Ação judicial. 5. Fazenda Pública em juízo.

## **NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA**

1. Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não judiciais de composição de litígios. 2. O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas. 3. Administração judicial. Planejamento estratégico. Modernização da gestão. 4. A interpretação do Direito. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo. O método de interpretação pela lógica do razoável. 5. O conceito de Política. Política e Direito.

Florianópolis, 4 de novembro de 2019.

**Des. Moacyr de Moraes Lima Filho**  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO